



PROCESSOS DE TRABALHO NA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: UMA FORMA DIFERENCIADA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO

Caroline Goerck¹

Com a III Revolução Industrial (reestruturação do capital), desenvolvida por meio da robótica, automação e micro-eletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores – considerados “sobrantes” pelo capital –, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente a III Revolução Industrial, ocorre o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora. Diante dessa realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, emergem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, são apoiados por instituições sociais – igreja, universidades, sindicatos, entre outros. Nesse sentido, a Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social (entre elas, a falta de empregos formais), ocasionado pela reestruturação produtiva. É manifestada por cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses sujeitos. O trabalho realizado nesses empreendimentos coletivos, possivelmente agrega princípios que potencializam os processos de trabalho desenvolvidos por estes trabalhadores, aspectos esses normalmente não proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista. Os elementos que constituem o processo de trabalho nas experiências de Economia Popular Solidária são representados pela ajuda mútua, solidariedade, igualdade, participação, democracia, autogestão, entre outros. Devido a essas características, os sujeitos contam com a possibilidade de elaborar as suas próprias regras de gestão e sistematização do trabalho. Pode-se referir, também, que estas experiências cooperativistas e associativistas suscitadas no final do século XX, além de gerar trabalho e renda, possivelmente representam uma das formas de contestação e resistência dos trabalhadores ante o capitalismo e as manifestações da questão social. Assim, na medida em que esses empreendimentos introduzem elementos nos seus processos de trabalho, que os diferenciam da lógica e da finalidade do sistema capitalista – acumulação e centralização de capital –, pode-se referir que possivelmente essas experiências podem ser consideradas como formas de resistência e contestação dos trabalhadores diante do capitalismo e seu processo de produção. Faz-se importante realçar, no entanto, que esses empreendimentos necessitam de políticas públicas que os assessor e os financie, visando as suas permanências e viabilidades no mundo do trabalho. Foi utilizado o método dialético-crítico para realizar a leitura e o desvelamento da realidade, com base em suas categorias teórico-metodológicas de análise (Historicidade, Totalidade e Contradição). Foram definidas para estudo, num primeiro momento, as seguintes categorias teórico-temáticas: Processo de Trabalho, Cooperativismo e Economia Popular



Solidária. Em seguida foi realizada a coleta dos dados com a aplicação de dois formulários, por meio da técnica de entrevista, em três cooperativas de trabalho e uma associação existentes nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo. Os documentos institucionais e reportagens acessadas foram estudados pela técnica de análise documental. Os dados qualitativos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. Nessa etapa, emergiu uma categoria teórico-temática empírica: a autogestão. Com a efetivação desta pesquisa pode-se verificar que, num primeiro momento, é a possibilidade de gerar trabalho e renda que ocasiona a inserção dos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos. Existem, entretanto, outras características importantes na constituição dessas experiências e de seus processos de trabalho. Os integrantes das cooperativas e/ou associação podem elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos empreendimentos. Pode-se referir, também, o processo de participação dos sujeitos nas decisões e nas atividades que desenvolvem, possibilitando que esses empreendimentos se tornem autogestionários, com exceção de uma cooperativa, bem como o rodízio das atividades efetuadas pelos trabalhadores nos processos de trabalho. Os objetos de trabalho dos empreendimentos coletivos pesquisados são constituídos pela coleta e seleção de lixo, pela confecção de roupas Jeans e pelo cuidado de crianças e adolescentes por meio da constituição de uma creche. O objeto de trabalho desse último empreendimento é questionável, pois, como “creche” ou desenvolvendo atividades complementares à escola foge das características dos empreendimentos de geração de trabalho e renda. Existem outros elementos constitutivos e peculiares que merecem ressalva nessas experiências coletivas. Com exceção de uma cooperativa que difere de vários Princípios do Cooperativismo, as demais experiências pesquisadas – segundo as respostas dos trabalhadores obtidas por meio de entrevistas –, se orientam pelos princípios de igualdade, solidariedade, democracia entre os sujeitos. Na referida cooperativa ocorre um processo de dependência e de centralização de poder, ou seja, existe uma gestão centralizadora e os trabalhadores não desenvolvem autonomia em relação aos processos de trabalho que desenvolvem, bem como não participam das decisões relativas ao empreendimento. Os processos de trabalho realizados pelas demais cooperativas e associação pesquisadas possuem como característica central os seguintes elementos: as atividades e as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores são realizadas por meio de rodízio entre os sujeitos, ou seja, alternância nas atividades que desenvolvem (polivalência); a partilha dos rendimentos é efetivada em condições de igualdade entre os trabalhadores (todos os sujeitos recebem o mesmo valor, com exceção do sujeito que ocupa o cargo de presidente nas cooperativas); a solidariedade entre os trabalhadores está presente nos processos de trabalho; os trabalhadores possivelmente se identificam com as atividades que realizam (pois participam de várias etapas dos processos de trabalho); existe o processo de conscientização dos trabalhadores, no que se refere à realidade socioeconômica; os sujeitos trabalham de segunda a sexta-feira, em torno de 8 horas diárias; ocorre o processo de participação do coletivo, diante das atividades que devem ser desempenhadas e perante as decisões cabíveis aos cooperados e/ou associados nos processos de trabalho; os quatro empreendimentos pesquisados possuem diretoria, com durabilidade da gestão de dois anos (eleita pelo coletivo); os trabalhadores contribuem com a Previdência Social na categoria de autônomos (sugere-se por meio deste estudo, a criação de uma nova categoria à Previdência, que agregue os trabalhadores participantes destes empreendimentos coletivos,



diferenciando-os da categoria de autônomos). Para o desenvolvimento desses empreendimentos, faz-se necessário, no entanto, o incentivo do poder público, mediante políticas públicas que financiem e assessorem essas experiências. Juntamente com as políticas públicas, ressalta-se a contribuição do Serviço Social a essas experiências coletivas, colaborando para o fortalecimento destes empreendimentos e para a autonomia dos trabalhadores diante dos processos de trabalho.

¹ Mestre em Serviço Social